



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Décima Nona Sessão Extraordinária, do primeiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezenove de dezembro de dois mil e dezessete, às dezoito horas na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Ângelo Roberto Torres para proferir o seguinte texto: Carta aos Romanos – Capítulo 2, versículos 1-8: “Por isso, tu, que julgas, não tens desculpa, sejas quem fores. Porque julgando o outro te condenas a ti mesmo: pois tu, que julgas, ages da mesma forma. Ora, sabemos que o juízo de Deus se exerce segundo a verdade contra os autores de tais atos. Tu, que julgas os que cometem tais ações e no entanto as praticas, pensas que vais escapar do juízo de Deus? Ou desprezas suas riquezas de bondade, de paciência, de longanimidade, sem reconhecer que essa benignidade de Deus te convida à conversão? Por tua obstinação e por teu coração impenitente, estás acumulando contra ti uma quantidade de ira para o dia da ira, em que se revelará o justo juízo de Deus, que retribuirá a cada um segundo suas obras: a vida eterna para aqueles que pela constância nas boas obras buscam a glória, a honra e a incorruptibilidade; mas a ira e a indignação para aqueles que por rebeldia não obedecem à verdade, mas obedecem à injustiça.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estavam ausente na Sessão as Sras. Inalda Lúcio de Barros Santana e Tais Camellini Esteves. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para que a Casa deliberasse a respeito de matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia, antes porém suspendeu a sessão; reabrindo a sessão, pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, em conformidade com o “caput” do art. 288 do Regimento Interno, solicitando que o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a concessão de Adicional de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Condução de Veículo de Urgência e Emergência ao servidor ocupante do emprego público de motorista, no efetivo desempenho de sua designação especificamente para conduzir veículos dessa natureza fosse votado em primeiro lugar naquela sessão, alterando-se a ordem da pauta; em discussão e votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente determinou a Leitura do Ofício DER nº 140/2017, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a concessão de Adicional de Condução de Veículo de Urgência e Emergência ao servidor ocupante do emprego público de motorista, no efetivo desempenho de sua designação especificamente para conduzir veículos dessa natureza; terminada a leitura foi registrada a presença da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Rodrigo da Silva Blanco como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 022/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a concessão de Adicional de Condução de Veículo de Urgência e Emergência ao servidor ocupante do emprego público de motorista, no efetivo desempenho de sua designação especificamente para conduzir veículos dessa natureza (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III, do R.I. cc art. 42 LOM). Em discussão, pediu a palavra o Vereador Walter Luis Tozzi de Camargo desejando boa noite ao Presidente, nobres Vereadores, público presente, dizendo que queria fazer uso da palavra para poder discorrer sobre aquele projeto e que era muito importante ter o princípio da isonomia preservada através dele, o servidor estatutário, o servidor celetista dentro do quadro da Prefeitura de Jaguariúna, ele não via diferença nenhuma nas funções que foram atribuídas a eles, mas fazer justiça através daquela lei para que todos recebessem os mesmos benefícios, era um princípio constitucional, então, aquela Casa tinha que fazer justiça através da votação daquele projeto que tinha chegado lá para que fosse cumprido; o trabalho que eles exerciam, junto ao serviço de urgência e emergência da Prefeitura de Jaguariúna, era de suma importância para a Cidade, principalmente, salvando vidas como eles faziam, ele era testemunha ocular de tudo que eles vinham fazendo, já havia participado de situações junto com a equipe e que só tinha que tirar o chapéu e parabenizá-los pelo empenho e dedicação, principalmente, o profissionalismo que eles exerciam; disse que daquela Casa poderia ter a certeza do reconhecimento e que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estariam com eles naquele projeto, era para contar com o apoio dele, o voto e parabenizou o Prefeito por estar encaminhando, mesmo que tinha sido de uma maneira rápida como tinha sido lá, mas a justiça tinha que ser feita num momento que ela tinha que acontecer; desejou boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra a Vereadora Cássia Murer Montagner dizendo que fazia dela as palavras do Waltinho, ela achava muito justo, um trabalho muito árduo, emocionalmente difícil e fora os perigos da profissão mesmo e, com aquela votação iriam fazer justiça, e desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Vereador Romilson Nascimento Silva dizendo que queria falar um pouco daquele projeto, a importância daquele projeto, já estavam numa situação com o conhecimento dos demais Vereadores que alguns já estavam querendo entrar na Justiça, já estavam reivindicando aquele direito, o Carlão estava lá e o Ademir estava sempre com ele, disse ao Carlão, e que o levava no Valdir Parisi e Doutor Fabiano e que estava reclamando alguns atrasados que era justo também, o que era legal e de direito a pessoa tinha que receber, e que ele tinha conversado ontem com o Ademir e que falou para ele que estava para entrar naquele projeto e que, pelo menos, resolvia dali para frente, disse ao Carlão, o caminho dali para frente de maneira correta e que tinha ficado para trás, dentro da legalidade o que era legal ou não, o que era justo e não era e resolvia; ele queria parabenizar o Executivo Municipal e como o Waltinho havia falado, já tinham estancado um problema que estava lá e que resolveria dali para frente, era importante e que o projeto resolveria aquele problema. A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 022/2017, do Executivo Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos em primeira discussão. A seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para esclarecimentos necessários sobre os projetos que seriam discutidos a seguir. Terminado o prazo necessário para os esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a chamada dos Srs. Vereadores, para verificação de presença, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente determinou a leitura do Ofício DER nº 139/2017, encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Município de Jaguariúna a contratar com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito com outorga de garantia, e dá outras providências. A



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 086/2017, do Executivo Municipal, que autoriza o Município de Jaguariúna a contratar com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito com outorga de garantia, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII, do R.I.). Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que estavam naquela noite, em uma discussão de um projeto ímpar, da qual estavam autorizando o Município, pela primeira vez, ao menos nos últimos vinte e poucos anos ele poderia dizer que eles nunca votaram um projeto autorizando o Município a contrair empréstimo, além do que dar toda a garantia possível, porque, realmente, o empréstimo seria descontado como eles viram, direto do FPM e do ICMS do Município, então, não tinha como o Governo Estadual perder aquele recurso, e poderiam falar de um juro relativamente baixo, na ordem de nove e meio por cento, mas se percebessem isso mais a inflação, mais juros acumulados, eles estiveram fazendo um calculo rápido lá, eles estavam falando em setenta e dois meses, algo próximo de oitenta por cento de juros, ia dar em torno de quatro milhões e meio, e foi difícil conseguirem recurso do Orçamento para tentarem canalizar recursos para a Saúde e, conseqüentemente, para obras e infra estrutura na área de Saneamento Básico, na ordem de três milhões e se pensassem em pagar juros de quatro milhões e meio, realmente, era algo muito preocupante, enfim, ele gostaria de ter tido um pouquinho mais de tempo para discutir, ter conhecimento, mas como foi dito lá o prazo tinha de ser rápido para poder conseguir os recursos e eles sabiam que os recursos seriam para obras de recapeamento, mas eles acreditaram, depois em uma conversa que a melhor solução para aquele problema seria, realmente, através de uma licitação, através de recursos do Orçamento fazer aquela obra de seis milhões de reais de recapeamento, haja visto que a Secretaria de Obras e Serviços Públicos estava com orçamento bem avantajado e a maior preocupação deles era com o pagamento de juros e assumir os compromissos futuros do Orçamento, e tinham uma carência de doze meses para pagar, mas os juros eram incidentes e aquilo era algo em torno de oitocentos, novecentos mil reais por ano, então, era o que, realmente, os preocupavam, enfim, a Bancada optou por votar contrário ao



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

projeto, eles gostariam de ter tido um prazo maior de discussão, juntamente com o Executivo, mas como foi dito lá, no dia seguinte o projeto tinha de estar sendo encaminhado para São Paulo; disse que sabiam da necessidade daquele tipo de investimento no Município mas, em um preço tão alto eles não poderiam concordar, achava que tinham prioridades e achava que todos eles estavam trabalhando junto aos Governantes para conseguirem recursos para aquele tipo de iniciativa que era o recape das vias públicas e não seria no momento oportuno contrair um empréstimo daquele vulto, justamente para amenizar aquele problema de buracos na cidade, e que eles estavam trabalhando ao longo dos anos, dando um atenção àquela área, sabendo que não era a contento, mas era na medida do possível, com um gasto não tão alto, tinha aquela estrada do Japonês que poderia ser obra daquele projeto também, que aquele recurso poderia ser investido lá, haja visto que conversas e promessas que até o final do ano estaria asfaltado e não foi asfaltado até então, e ele sabia que aquele recurso poderia ser canalizado lá, que era uma obra tão necessária também, mas eles não compactuavam com a captação de recursos e endividamento do Município e pagamento de juros e aquela era a maior preocupação deles e daí a bancada optou, a opção era sair e não ter o “quorum” para votar e discutir aquilo em uma nova sessão extraordinária, mas não foi possível, então, ficava lá o voto deles contrário ao projeto pelas razões lá expostas; a seguir, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou a todos, dizendo que ela concordava com o Fred de que empréstimo era uma coisa que eles evitavam, até dentro da casa deles preferiam ter os recursos próprios e resolver aquilo, porque se a pessoa tinha seu próprio recurso ela não precisava pagar juros, mas ela achava que quando precisava do recurso e era um juro relativamente baixo, e eles tinham aquela prioridade e, alguém poderia falar que tinha uma prioridade maior que era a questão da água, só que aquele empréstimo específico vinha para resolver a questão do asfalto da cidade, e a questão do asfalto da cidade era muito crítica, antes de surgir aquela questão da água, a questão maior era do tapa buracos, e a esperança maior deles era que aqueles recursos não fossem tapa buracos, e que eles fizessem, realmente, o recapeamento como foi feito no centro; disse que, naquele dia, eles conversando, viam que não tinham buracos no centro, porque foi uma questão resolvida, porque quando andavam por bairros mais antigos, como o Santa Cruz, o bairro que ela cresceu, o asfalto ainda era o mesmo, o asfalto, achava que tinha sido feito em mil novecentos e setenta e alguma coisa, e não tinha mais asfalto, só tinha buraco e era preciso fazer alguma coisa, realmente,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

definitiva, então, ela sabia que o Orçamento estava apertado e tinham prioridades que era a saúde, que era a questão da água, então, iam buscar aquele recurso fora para que pudessem atender mais prioridades, e iam pagando e, na opinião dela, o ideal seria ter o recurso, e, na verdade, eles não tinham, o cobertor era curto e a discussão lá era quanto que ia para o Hospital, quanto ia para isso, para aquilo, então, o cobertor era curto, e já que apareceu aquela possibilidade, ela era a favor; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que, mais uma vez, cumprimentou a todos e disse que fizeram uma discussão lá, para quem estava acompanhando desde o início da sessão, sobre aquele projeto e ele tomou a liberdade, até auxiliado pelo Vereador David, de fazer alguns cálculos, e salvo melhor juízo do que ele ia falar, eles teriam quinhentos e oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta ao ano, aproximadamente, e em números atuais em PCA, mais os nove e meio por cento, perfazendo ao longo de três anos, um total de três milhões, quinhentos e cinco mil e quinhentos reais, aquele seria o valor real que eles estariam pagando de juros sobre aquele empréstimo e se olhassem ao longo de seis anos aquele caminho, ele não era tão elevado e a taxa de juros no mercado era muito maior do que aquilo e o problema que estavam enfrentando era muito grave, na questão dos buracos da cidade, e quem trabalhava com as ambulâncias percebia aquilo claramente, porque transportar um doente e cair em um buraco daqueles poderia gerar uma nova ocorrência ou não daria tempo de chegar no hospital para socorrer uma vida, e quantos veículos foram prejudicados ao longo da cidade, caindo nos buracos, rodas quebradas, a população estava clamando para eles e o interesse público estava bem descrito naquele projeto e o Governo do Estado tinha aquela linha de crédito e ele achava que tinham de aproveitar, o Município foi um dos selecionados, dos poucos selecionados no Estado de São Paulo, salvo informação da Secretaria de Governo, mas cem municípios somente foram contemplados com aquele benefício de poder contratar, então, ele via que tinham elementos suficientes para poderem fazer aquilo, e recapeamento durava anos, o centro da cidade já estava fazendo mais de cinco, seis anos que foi feito e não tinham buracos, e as ruas mais velhas que não tiveram aquele processo, estavam todas craqueladas, estavam com buracos aumentando, tapava em um momento e momentos depois acabavam voltando, ele esse lembrava claramente que a discussão na Casa, foi muito ampla sobre tapa buracos, ao longo do tempo e recapeamento era a melhor solução, ele até se lembrava de algumas discussões do Fred, que era engenheiro, falando que recapeamento era algo duradouro, então, ele achava que era oportuno o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Município aderir àquela situação e eles levarem a vantagem para a população; disse que, na questão da estrada do Japonês, ele acompanhou pela imprensa oficial e tinha sido assinado um dos convênios junto com uma emenda parlamentar, salvo melhor juízo, de quinhentos mil reais que era, exatamente, para aquela área lá, então, ela viria por emenda parlamentar para fazer o asfalto e se ele não estivesse enganado, ou era do Carlos Sampaio aquela emenda, já foi assinada com a Caixa, então, aquele dinheiro já estava disponível para o Município para a continuidade e pavimentação daquele espaço lá, não seria daquele recurso lá, e ele achava que aquele recurso atenderia vários bairros da cidade, onde estavam passando momentos críticos, o Santa Cruz, realmente, era uma lua, aparecia a lua, tinha mais cratera do que asfalto; outros bairros o procuraram também ao longo daquele tempo, pedindo, clamando por aquilo e ele achava que tinham de dar aquela atenção devida, e ele achava que aquela Casa deveria fazer a sua parte, o Município tinha recursos para aquilo, até com aumento da arrecadação, estiveram discutindo aquilo ao longo do tempo, ao longo dos anos, inclusive no importe de dez por cento no ano atual, então a garantia estava dentro do Fundo de Participação aos Municípios e do ICMS; disse que ele era favorável ao projeto, ele era o relator do projeto, defendia a posição que foi adotada e o voto dele ia ser favorável a ele; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegado Neto, que disse ao nobre Vereador Walter, que só ia alertá-lo que o Governo do Estado se deu para os cem municípios, ele poderia ter a certeza de que eles analisaram bem a condição financeira de Jaguariúna, ele sabia que tinham condições de pagar realmente aquele empréstimo, não daria para quem não tinha condições de pagar, e o nosso Município tinha condições de pagar e assumir aquele empréstimo, haja visto a situação fiscal do Município, atualmente, que muitos falavam diferente daquilo que viram nos números, mas ele estava só enfatizando a do empréstimo, o objetivo do recurso, era lógico que todo recurso tinha de vir e ser bem canalizado e as obras de recapeamento eram as melhores mesmo, se o recurso fosse empregado naquela área e a preocupação dele era realmente ao pagamento daquele ônus que não ia ser naquele momento, mas alguém ia ter de pagar lá na frente, porque a conta viria, então, ele achava que a solução dele, até que ele falou para os colegas, poderiam fazer uma licitação na ordem de seis milhões para recape, contratava a empresa, a empresa executava a obra, e não iam pagar juros por ela, mesmo que não pagasse, existia uma negociação e tinham tantas empresas que executavam as obras, não recebiam, estavam em dificuldades, obras do Governo do Estado, enfim, não precisavam



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pagar juros por aquilo, alguns poderiam achar pouco, e disse que estavam na menor taxa de juros achava que dos últimos vinte anos, com a nova taxa que foi proposta, e se falasse em uma aplicação financeira dando zero quatro, zero três, meio, a poupança que falavam, quem estava emprestado para o Município de Jaguariúna, estava ganhando o dobro, então, não era pouco recurso, era muito recurso, o juro estava altíssimo, nove e meio, era um valor que viria para solucionar um problema que tinha eminente, mas como a Cássia disse, tinham ruas que foram asfaltada em setenta e até aquele dia não viram recape, e eles sabiam que outras que estavam necessitando do pavimento, mas tinham situações paliativas que conseguiam resolver ao longo do tempo, e ele só estava dando um exemplo, poderiam pegar o recurso e investir no problema da água, que foi difícil arrumar três milhões para a água e foi graças àquela Casa, que fizeram um trabalho, o Prefeito os ouviu, houve um clamor da população e eles, realmente, tentaram, de uma certa forma, propor, e eles foram até solícitos daquilo que foi proposto pelo Executivo, eles aceitaram, e ele achava que era o trabalho da Casa no sentido de tentar resolver o problema e, com relação aos recursos, se chegassem, seriam bem vindos mas, a preocupação dele era pagar a conta, e ele só não gostaria de assumir a votar naquele projeto que, realmente, eles estavam votando lá com antecipação da Receita no sentido de dar condições para resolver aquele problema de recapeamento; disse que ele era favorável a qualquer tipo de iniciativa por parte deles de resolverem os problemas deles e não de pegar recurso externo, e que muito se falou lá de dívidas de setenta milhões, de dívidas que foram deixadas por administrações anteriores mas, não falaram em juros, e estavam contraindo empréstimo, deixando para pagar lá na frente, mas era uma dívida contraída, que teriam de amanhã ou depois pagar, poderia ser que o Orçamento do Município melhorasse e esperavam que melhorasse mesmo mas, seria um juros que no modo de ver dele, não seria necessário contrair naquele exato momento mas, ele voltava a dizer que a Casa e o Plenário eram soberanos e eles marcaram uma posição no sentido de que gostariam de ter mais uma vez a discussão, um pouquinho mais, porque o projeto foi apresentado no dia anterior e naquele dia estavam votando e, infelizmente, não foi em consenso e eles estavam lá democraticamente apresentando a opinião deles e só gostariam de alertar que era a primeira vez e eles votariam para contrariar o empréstimo, mas era óbvio que o recurso para o recapeamento era interessante, era bom e tinha de ser feito mesmo, mas tinha um custo a ser pago; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto dizendo que sobre aquele projeto eles discutiram bastante e ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estava até na dúvida do que fazer e uma coisa que até eles ficaram surpresos foi da forma que ele chegou na Casa, porque aquela Casa de Leis sabia da demanda da população; atualmente, tinham a demanda do Japonês, pessoas que moravam lá e ele não sabia se aquele recurso estava sendo destinado para lá, se era só para recape, se era só para asfaltar estrada, se havia a possibilidade de asfaltar o Bom Jardim, Floresta e por que não? Aquela Casa apanhava muito todos os dias para tudo aquilo, e da forma como chegou aquele projeto não teve uma conversa com ninguém, a conversa tinha acontecido naquela hora no Jurídico, e não era suficiente para votar um projeto daquela envergadura, onde eram seis milhões de empréstimos, com juros que poderiam chegar a três milhões e meio, quatro milhões, dependendo da Receita do país, de como seria a inflação e ele achava muito arriscado votar da forma como estava, sendo que tinham uma previsão orçamentária para de lá um, dois anos, muito alta, onde iria poder fazer aquele recapeamento, porque aquela urgência toda e poder tapar buraco mais um ano e meio, não iria ser problema nenhum para a cidade, para ter seu próprio orçamento para conseguir fazer aquilo, porque eles iriam pagar de três e meio, segundo o Waltinho, quatro e meio o Fred, então, uma média de quatro milhões de reais de juros em cinco anos; disse que ele achava que tinha de ser muito bem pensado, e que ele acreditava que a bancada fosse contrária por aquele modo, não contra o asfalto, jamais, mas por saber das prioridades do Município e entender que entrar numa dívida daquela de quatro milhões de reais de juros, numa altura do campeonato, numa sessão extraordinária, da forma como chegou na Casa, seria uma irresponsabilidade votarem a favor, então, por isso, que ele votava contra naquele momento, votar num projeto daquele tamanho como um todo; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que ele era a favor daquele projeto, porque todo mundo lá sabia as demandas que a cidade tinha em relação à Saúde, à Educação, em relação, por exemplo, da questão que estava colocada da água, se eles não iam tirar do Orçamento aquele dinheiro para recapeamento, logicamente, aquele dinheiro, que não ia ser retirado, ele iria ser investido nas demandas que a população acabava cobrando deles, como a questão da água, da Saúde, de várias áreas que eram prioridades do ponto de vista da população, e aquele dinheiro que não ia sair do recapeamento ia para aquelas áreas, então, ele era a favor por causa daquilo, e dentro das condições que foram colocadas lá, o Município não era irresponsável de falar que não ia ter como pagar, ele já colocou as condições e tinha como pagar aquele empréstimo, sim, tinha como bancar aquelas condições que eram colocadas pela Agência “Desenvolve São



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Paulo”, então, era só por isso, e como ele já falou, aqueles investimentos que eles poderiam fazer em relação ao recapeamento, em relação à questão viária, com, certeza teriam mais Educação, mais Saúde e iam resolver, sim, a questão da água; a seguir, a senhora Secretária lembrou que naquela data era aniversário da Vereadora Tais, dando-lhe seus parabéns; em seguida, pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto dizendo que ele tinha uma outra dúvida, que ele não sabia se os Pares poderiam responder, era saber qual local seria recapeado com aquele recurso, porque aquilo ele não teve acesso, e perguntou se teria de ser feito um projeto, aquela demanda iria para onde, qual local que iria? Porque eles também não sabiam daquilo e ele achava aquilo era de grande importância para aprovarem um recurso como aquele; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que como bem o Fred disse lá, eles eram contrários àquele projeto em virtude dos juros, eles sabiam as dificuldades que o Município passava, mas eles entendiam, também, que a situação do Município de Jaguariúna vinha melhorando e eles acreditavam que aquilo poderia ser feito com recursos próprios, e que no próximo ano era ano eleitoral e ele achava que o Município, os Vereadores com o Executivo, poderiam estar procurando com o Governo Federal, também, a fundo perdido, recapear as avenidas que mais precisavam, por onde os ônibus passavam, para dar uma condição de vida para os passageiros, para os condutores de veículos de transportes públicos, ele achava que deveria dar aquela prioridade, e eles entendiam que o Município tinha condição financeira de fazer aquilo com recursos próprios, andar com as próprias pernas sem ter a necessidade de pagar o juro, por isso que o PTB estava se posicionando contrário àquele tipo de empréstimo, e eles sabiam que os juros não eram exagerados mas, como o Fred falou lá, se aplicava na poupança era menos do que aquilo no ano, então, por isso que eles iriam estar votando contrário àquele projeto de lei; a seguir, pediu mais uma vez a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que o projeto contemplava os bairros e as ruas que eram propostas para recapeamento e ele iria tomar a liberdade para ler todos os nomes daqueles bairros e das ruas; e fez a seguinte leitura: “relação dos bairros e ruas do Município com prioridade em recapeamento asfáltico na malha viária urbana: Bairro Santa Úrsula, Avenida Antartica; Bairro Roseira de Cima, Rua Jaboticabeira, Rua Amoreira e Rua Limoeiro; Bairro Roseira de Baixo, Rua Avenida dos Ipês, Rua Mauricio da Silva, Rua Cajueiro; Bairro Cruzeiro do Sul e São Sebastião, Rua Tavares, Rua Gaona, Rua Vitório Mathiuzo, Rua Santo Marmiroli, Avenida Cruzeiro do Sul, Rua Doutor João R. Pires Bueno, Rua



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Eny Ponce Vilela Lima, Rua Rita Vilela de Andrade Lima, Rua Doutor Paulo Soares Ungria Junior e Rua Teodósio Otero; Bairro Santa Cruz: Rua Itália, Rua Portugal, Rua Líbano, Rua Argentina, Rua Paraguai; Bairro Nova Jaguariúna, Sub Jardim Alface, Rua Cândido Bueno, Rua Lauro de Carvalho, Rua Marechal Floriano Peixoto, Rua General Gomes Carneiro e Rua Maria Ângela, Bairro Nova Jaguariúna Um, Dois, Três, Botânico e Colinas do Castelo, Rua José Luiz Silho”, aqueles eram os nomes contemplados no projeto; a seguir, pediu a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou a todos e disse que, de início, ele tinha falado para a bancada dele que ele iria contra o projeto, mas mudou de idéia e iria votar a favor, achava que o Silva falou umas palavras sábias lá e que, na verdade, eles precisavam de tantas coisas, ele achava que o Município estava com deficiência, ele achava que não só o de Jaguariúna, mas tinha um monte de municípios, eles tinham aquela verba destinada, e quem sabia, como o Silva falou, iria estar sobrando recursos do Município para estar repassando para outras Secretarias, então, infelizmente, ele iria discordar da bancada dele, ele falou pra o Fred, pediu desculpas para ele, porque ele naquele momento iria votar a favor e ele sabia que tudo que eles votassem lá iria agradar metade e metade iria ficar nervoso e ele sabia como que era e como o David falou, o projeto chegou em cima da hora e eles não tinham tempo nem para conversar, nem para discutir, nem para ver o que era bom, o que era ruim para o Município, para a população, chegava em cima da hora mas, analisando, vendo tudo o que foi conversado lá, o que foi dito, não era um mau negócio também, ele achava que recurso a cidade estava precisando, iriam ser vários bairros beneficiados e esperava que, realmente, viesse em boa hora e que eles pudessem, realmente, estar resolvendo alguns problemas da necessidade da população, disse que ele era a favor do projeto; a seguir, pediu mais uma vez a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, dizendo que ele precisava completar porque faltaram folhas, estava fora de ordem e tinham mais ruas lá, e ele ia tomar a liberdade de ler as ruas, e fez a seguinte leitura: “Na Nova Jaguariúna, daí continuava, Rua Itapema, Rua João Voltan, Praça Santa Mercedes, Rua José Antonio da Silva, Rua Sales, Rua Gusmão, Rua Dona Maria José, Avenida Januário Eliseu de Navarro, Rua Júlia Calhau Rodrigues, Rua Poltronieri, Rua João Antonio Neri, Rua Joaquim Pinto de Andrade, Rua Celso Camargo Moraes, Rua Bibiano Jasso, Rua José Dias, Avenida Princesa do Oeste; Bairro Dom Bosco, Jardim Haruji, Jardim Fontanela, Jardim Sônia, Jardim São João Dois, Rua Amazonas, Rua Epitácio Pessoa, Rua Doutor Clemente Hotman Júnior, Rua Santo Antonio de Posse, Rua Ceará, Rua Minas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gerais, Rua Mato Grosso, Rua Rio Grande do Norte, Rua Silvia Bueno, Rua Paraná, Avenida Tiradentes, Rua José Alves Guedes, Rua Duque de Caixas, Rua Santa Catarina, Praça Sete de Setembro, Rua Dom Pedro Primeiro, Avenida Doutor Jorge Rios Muraro, Rua Alagoas, Rua Sergipe, Rua Fernando de Noronha, Rua Pará; Bairro Dona Irma: Rua Luiz Pelegriane, Rua Ademar Ferrari, Rua Carlos A. Dorigo, Rua Reinaldo Chiavegato, Rua Duarte de Toledo, Rua José Moreira Neto; Bairro Gleba Santa Cruz e outras que compõem sua extensão, Avenida Luciano Vlademir Poltronieri; Bairro Vila Guilherme, Rua Tomaz Jasso; Bairro Jardim São Pedro, Capotuna, Jardim Mauá Um e Dois, Rua Maranhão, Avenida Pinto Catão, Praça Baságliã, em torno do Parque dos Lagos Dois, Rua João Pires Germano, Rua Fiorentine, Rua Artur Nogueira, Rua Regente Feijó, Rua Vereador Guido Marchiori, Rua Carlos Gastaldo; Bairro João Aldo Nassif, Chácaras Panorama, Vila Miguel Martini, Avenida Antonio Pinto Catão, Praça Holambra, Avenida Vincenzo Grancheli, Rua Ernani de Souza, Rua Lanzoni, Rua Alface, Rua Fracheta, Rua Cetin; Bairro Jardim Europa, Rinaldi Um e Dois, Praça Antonio Cantizano, Avenida Rinaldi, Rua Osvaldo Vicentini; Bairro Jardim Planalto, Parque dos Ipes, Praça Baságliã e Rua Maranhão; Bairro Doze de Setembro, Dona Luiza, Jardim Imperial, Avenida Alexandre Marion, Rua Souza, Rua Eduardo Tozzi, extensão pretendida, Bairro São José, Bairro Boa Vista Um e Dois, Avenida Alexandre Marion, Rua Venceslau Brás, Rua Francisco Correia Viana; Bairro Vargeão, Avenida Pacifico Moneda; Bairros Recreio Floresta, Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim, Estrada Municipal Amadeu Bruno, JGR 221; Bairro Tanquinho, Estrada Municipal Amadeu Bruno, JGR 220, Estrada Municipal Amadeu Bruno, JGR 254”; disse que a ele parecia que a cidade toda foi contemplada; em seguida, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres dizendo que ele estava lá para dizer que ele iria ser contrário ao projeto, não pela questão do recapeamento, porque ele achava que o recapeamento na cidade era também de extrema urgência, como tinham outras urgências a mais, mas fazendo a conta no prazo que tinha para se pagar aquele empréstimo, o que ia se pagar de juros, e como no ano que viria já começava a crescer o Orçamento, haja visto tinham as previsões, como o Fred falou lá, dava para fazer a licitação, fazer o recapeamento e pagar sem precisar pagar os juros, porque eram quase quatro milhões de juros a serem pagos; disse que o Silva colocou lá, e foi bem colocado também, ressaltou a questão de que se usassem aquele dinheiro iria sobrar para investir na água, na Saúde, e restava uma questão, o Governo do Estado de bobo ele não tinha nada, como o Fred falou, ele tinha a certeza de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que Santo Antonio de Posse, Hortolândia, aquelas cidades lá, ele não deixaria, porque ele tinha certeza de que ele iria receber, mas Deus quisesse que não, e se começasse, pensando que no próximo ano, eleição, o Presidente, o país começasse a cair, a parte financeira abalada, daí cairia os recursos do Município, o Governo iria receber, o dele estava dentro, e ele não sabia, se ele estivesse errado, que o corrigissem porque ele era meio leigo mas, no modo de pensar dele, falou que por exemplo, se Jaguariúna arrecadasse trinta milhões, ele ia pagar a parcela do empréstimo, se caísse para dez milhões, a parcela do empréstimo ele ia pagar, o que ia perder a cidade era os vinte milhões, então, ele achava que se fizesse da forma de uma licitação, correta, com prazo, certinho, dava para fazer e o que ia pagar de juros que passava de quatro milhões, dava para fazer o asfalto o outro tanto na cidade, era quase o que estava pegando do empréstimo, eram quase quatro milhões em cima, então, aquele dinheiro era o que eles quase implantaram no Saneamento Básico que não tinha, e o que eles estavam lutando para mandar para a Saúde e, atualmente, iam dar de juros para o Governo do Estado, então, o voto era de cada um, mas ele deixava lá o seu voto, e a sua explicação naquela questão; disse que era favorável na questão do recapeamento, mas tinham várias prioridades também e poderia ser feito o recapeamento através das verbas já destinadas para a Secretaria de Obras; a seguir, em votação o Projeto de Lei nº 086/2017, do Executivo Municipal, que autoriza o Município de Jaguariúna a contratar com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito com outorga de garantia, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo cinco contrários Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. A seguir, foi feita a leitura do Ofício DER nº 141/2017, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal, e dá outras providências, no Município de Jaguariúna. A seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana como Relatora Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, reabriu a sessão determinando a leitura do parecer da Relatora Especial designada. A seguir, em Primeira Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 023/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal, e dá outras providências, no Município de Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, IX, do R.I. cc Art. 42 LOM). Em discussão, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, dizendo que foi o primeiro que encaminhou os produtores para a Secretaria de Governo, e ele acompanhou a dificuldade que eles estavam tendo, disse ao Fred, e que sabia que o projeto era grande, tinha bastante e que entendia, também, que deveria ter bastante dúvida, mas ele falava da parte mais que ele conhecia as pessoas, que eles não conseguiam desenvolver o trabalho deles pela falta desse documento, e que eles não conseguiam contratar pessoas e eles estavam tendo bastante a vigilância dos órgãos de fiscalização, e que eles tinham bastante empregados, e eles estavam com medo de terem que demitir porque os órgãos de fiscalização estavam cobrando muito e outra coisa, aumentar a qualidade desses produtos, e pediu, conhecendo as pessoas, que eram pessoas idôneas, trabalhadoras, que tinham bastante empregados da região, que eram pequenos produtores que viviam disso; desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo ao Cecon que ele comungava com a preocupação dele, e que ele também foi abordado, por algumas pessoas que trabalhavam na área, solicitando uma legislação por parte do Município, para que eles pudessem resolver esse problema que afligiam esses produtores rurais, e também comerciantes que trabalhavam com esse tipo de produto ou subproduto da carne de animais ou animais abatidos, e que ele também sugeriu que procurassem o Executivo e que uma das pessoas que o procurou foi a Jaqueline, onde o irmão dela fazia embutidos e que pediu que procurassem o Executivo, porque era uma lei que tinha que ser de iniciativa do Executivo, e que eles, Vereadores, só tinham que orientar, e achava de bom grado que a lei estivesse vindo, e que eles pudessem discuti-la na Casa, mas a sua preocupação e disse que seria franco para falar a todos, naquela área de alimentação, o cartel era tão grande, que ninguém começava nada pequeno, tinha-se que começar grande, porque senão não se sobreviveria; disse que achava que o objetivo daquela lei era dar condição para o pequeno produtor mesmo, para aquele que não tinha condições sanitária nenhuma de produzir, produzir, porque se eles pegassem aquelas resoluções, que estavam ali inseridas, o cara estava enrolado, porque eles prejudicaram a vida dele mesmo, por isso que ele falou que seria importante que eles, Vereadores, estivessem discutindo o projeto melhor para poder regulamentar de uma forma, e supôs, que ele não tinha condições, mas ele teria um ano para se



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

adequar, através das orientações que o Departamento do SIM iria dar a ele, e... “você vai ter que fazer isso e em um ano você vai ter que estar com todas as suas instalações adequadas para poder produzir...” Disse que sabiam que iriam trabalhar com a saúde e com consumidores finais, e que se no amanhã ou depois, acontecesse algum problema, eles iriam atrás dos seus direitos e iria recair no produtor que fizesse alguma coisa com produto estragado e, conseqüentemente, no município que autorizou esse produtor a fazer algo que estava indevidamente instalado, que trazia um problema muito sério de consumo, podendo levar até a morte; disse que a sua preocupação era e que iria dar um exemplo: se ele começasse a fazer uma fábrica de refrigerantes, no hoje, e que era algo simples, trabalhava com a água, e que se não se começasse grande, não enfrentaria as grandes potências, ou mesmo uma fábrica de embutidos, Ceara, Sadia, entre outras, eles tinham tanta legislação que eles embutiram lá, que ninguém começava pequeno, tinha-se que começar grande, senão não se enfrentaria os caras, senão eles mandavam a fiscalização e que foi o que aconteceu com a pessoa que estava fazendo linguiça no Jequitibá, e que ele tinha os pedidos do SIF, tudo, tentando a produção, mas aí, com denúncia vieram atrás dele, e levaram o rapaz preso, e que ele, Vereador, conhecia o rapaz, rapaz idôneo, trabalhador, que estava aí no seu dia a dia, trabalhando numa comunidade Jaguariúna, mas era crime federal, vieram aí e prenderam o cara, e sorte que os advogados trabalharam rápido e ele ficou um dia ou dois preso, um dia, uma noite, mas, enfim, e que era um cara que estava tentando trabalhar; disse que achava que o objetivo da lei era importantíssimo, e ele tinha que dar garantias para que o pequeno produtor, realmente, começasse pequenininho e, devagarzinho, e obtendo o apoio da Administração Pública, ele conseguisse ser um médio produtor, um pequeno produtor, e que agora o que ele ficava preocupado, e que ele não viu na lei, ali só falava de pequenas propriedades rurais, mas sabia de gente que não trabalhava numa pequena produção rural, e que ele viu falar ali numa questão de duzentos e cinquenta metros quadrados por estabelecimentos, e que não era mínimo, era máximo, máximo duzentos e cinquenta, e que achava que uma granja para produzir três mil e seiscentos ovos, precisava mais do que isso, e que ele não sabia, ele não era produtor rural, e que ele estava dando exemplo, e que não sabia se eles deveriam aumentar isso ou diminuir ou se isso era uma regra que já tinha, perguntou se entendiam, e que achou que duzentos e cinquenta metros quadrados não era muito, para algumas atividades era, para embutido seria, mas talvez para uma granja de produção de ovos, não, e que ele não sabia, e que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estava falando isso porque era um projeto, e voltava a dizer, era um excelente projeto, bom de discutir e que era gostoso discutir um projeto desses, porque iria tentar aproveitar, realmente, propor situações para que o pequeno produtor desenvolvesse o seu trabalho no Município, e que foi o que aconteceu com o queijo de Minas, e que o queijo de Minas tinha um problema que não entrava no mercado nacional, porque não tinha o carimbo do SIF, e que não conseguiam dar um padrão, enfim, e o cara produzia e vendia, mas não tinha a liberação, e se todo mundo fosse lá e fizesse uma denúncia, fechava os produtores lá, porque não tinha a inspeção, realmente, federal, que determinasse que o queijo tinha que ser produzido daquela maneira, mas sabia que tinham feito um trabalho, o Governo de Minas tinha feito um trabalho dizendo que era algo cultural, patrimônio do Governo do Estado, e que tinham que fazer isso mesmo, e que tinha muita gente que tirava o sustento daquilo lá, e que a sua preocupação era votar um projeto desses para ajudar, e que não era para prejudicar de nenhuma forma, e que, às vezes, poderia ter coisa ali, que se a pessoa não estivesse enquadrada, aí que não produzia mesmo, e deu o exemplo dessa pessoa que ele comentou, naquele dia, que o procurou e que ele, Fred, não sabia se ele tinha uma área rural no Município, e que ele devia comprar o material de determinados produtores e fazia na sua casa, e que ele não veria problema nenhum deles ajudarem daquela forma, ou na sua chácara, e que estava dando o exemplo, e que ali não falava, ou ele passou batido também, e que ele ficou acompanhando a leitura, disse à nobre Vereadora, mas podia ser que ele tivesse passado batido e que não viu se isso contemplava, e que ele achava que se não contemplasse, era bom que contemplasse, e perguntou ao Valdir, que estava à frente se contemplava; disse que o objetivo era, realmente, permitir que todas essas áreas conseguissem aí o apoio da Administração Pública e com toda a orientação necessária, desenvolver o seu trabalho, que era de grande valia para essas pessoas que viviam disso; disse que essa era sua sugestão e proposta; a seguir, tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que disse a proposta vinha em momento oportuno, num momento em que a economia passava por dificuldades, e o pequeno produtor, realmente, ele era esquecido, com toda essa cadeia produtiva, competindo com gigantes; disse que a cidade de Jaguariúna, se eles buscassem pela memória, um pouquinho tempo atrás, era muito comum se vender a galinha, se vender o ovo, se vender o leite, vender o queijo, a linguiça, o chouriço e que isso era normal, era uma cidade pequena que tinha origem rural, e que no hoje, com as regras e eram boas, porque eles estavam falando de saúde pública, essas regras eram muito



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

difíceis para o pequeno produtor se adaptar, e que eles tinham um órgão municipal, isso, com certeza, aproximaria mais, principalmente, o pequeno, e que a lei, realmente, vinha com todos esses aspectos; disse que as colocações do Fred, realmente, eram muito pertinentes, os detalhes, e que ele tinha percebido que existia um dispositivo que falava em cadeia produtiva, e que entendia ele que essa situação entraria nesse processo de cadeia produtiva, e que a regulamentação posterior viria complementar as ausências da lei, e que via com bons olhos, parabenizava o Cristiano por ter dado o pontapé inicial, talvez, confirmou com o Cristiano, nesse processo, e que achava que o papel do Vereador era esse mesmo, em estar levando mesmo as demandas da população aos órgãos competentes, a orientação que o Fred também deu às pessoas que o procuraram neste assunto, e os parabenizou por terem dado aquele pontapé, e ao Governo, com certeza, por aceitar e promover, naquele dia, aquela discussão na Casa, que ele sabia que era saudável para Jaguariúna, era saudável para a economia da cidade, principalmente, para o munícipe que vivia dessas produções; disse que tinha seu apoio total o projeto; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que, mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que era só para registrar, e para que eles vissem como o mundo dava volta, e que os primeiros serviços que o Município prestava ao munícipe, era o matadouro, que tinha ali embaixo, onde todo mundo levava seus animais para o abate, e que era um serviço municipal, e que, através do tempo, ele foi se extinguindo, e que, no hoje, eles estavam tentando de, uma certa forma, passar, resgatar isso, mas passar ao produtor rural essa função e que isso era feito pelo Município, e que se tivesse continuado, mas que tinha certeza que não continuou foi justamente por essas questões sanitárias; todo mundo sabia onde era, na beira do rio Jaguari, matava-se ali e despejava-se ali no rio, justamente onde era o prédio do Maldonetti, onde existia o edifício hoje, e que era o matador municipal, e que no hoje eles estavam voltando num assunto, que há muito tempo já tinha saído do objetivo deles; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que, na verdade, pela importância do tema que eles estavam discutindo, que eles estavam aprovando ali, e que era uma sugestão que eles tinham que fazer para o Executivo de se fazer um simpósio, uma conferência, tudo, justamente para eles aprofundarem mais esta questão da lei, deixar claro que tipo de produtor que eles estavam envolvendo, e tal e que achava que isso iria dar muito Ibope em Jaguariúna e que era legal eles participarem, também, como Vereador, e fazer uma reunião bonita, um simpósio, alguma coisa nesse naipe, um seminário, e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que eles poderiam construir depois disso; a seguir, pediu a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos, dizendo ao Presidente que ela queria falar a respeito da votação anterior, e se podia, ela disse que tinha votado contra o recapeamento porque a cidade tinha que ser recapeada, mas ela achava que quatro milhões era muito dinheiro e que era igual ao que ela estava pensando ali, naquele momento, e que ela estava ali pensando sobre a água, e que ela entregava água de casa em casa, e sobre a falta da água, e que as pessoas vinham, elas pagavam sete reais num galão de água e não tinham o dinheiro para pagar, mas elas precisavam da água; disse que estava pensando que se fosse pensado há vinte anos atrás, e que ela não sabia quem estava de Vereador ali, há uns vinte anos atrás, e perguntou se o Fred estava, e que ela tinha dezesseis anos na época, e o Bozó, também estava na Casa, e o Neguita também, e que se tivessem pensado há vinte anos atrás, a vinte anos na frente, aí entrava o desenvolvimento sustentável, e aí as pessoas não estariam sofrendo com isso, igual a ela que chegou no domingo em sua casa, não tinha água para tomar banho, e que teve que tomar banho de água mineral, e que ela estava pensando isso naquele momento, e que até aquela hora ela estava entregando água, e pensava que as pessoas pagavam sete reais e não tinham dinheiro para pagar porque tinha que tomar banho com água mineral, e pediu desculpas se ela tinha feito alguma coisa, mas era pensando na frente, agradeceu e agradeceu ao Presidente. A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 023/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal, e dá outras providências, no Município de Jaguariúna, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, lembrando que a seguir, aconteceria mais uma sessão extraordinária para segunda votação dos projetos de lei complementar discutidos nesta sessão e convidou ao público presente para que acompanhasse a Extraordinária seguinte. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Referente à Ata da 19ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 19 de dezembro de 2017.

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

